



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeção Escrita

Atendendo ao desenvolvimento social de Macau, são cada vez mais as necessidades dos residentes em relação aos diversos serviços sociais ligados às crianças, jovens, idosos, famílias, bairros comunitários, lares, etc... Os diversos tipos de serviços sociais desempenham um papel importante para o desenvolvimento global da RAEM. Os trabalhos e serviços da área social, inicialmente desenvolvidos por associações cívicas de natureza caritativa e religiosa, passaram a ser desenvolvidos pelo Governo da RAEM através da aquisição de serviços e de financiamento, sob o modelo “investimento do Governo e prestação de serviços por associações ou instituições cívicas”. Em Junho de 2017, registaram-se 46 associações e 199 instalações sociais, sendo no total 245, financiadas no âmbito do novo regime de financiamento, e o número dos indivíduos financiados foi de 3545<sup>1</sup>. O modelo “investimento do Governo e prestação de serviços por associações ou instituições cívicas” contribuiu para reduzir os custos públicos, permitindo aos residentes usufruírem de serviços mais diversificados. Como o Governo tem melhorado as políticas e medidas de apoio aos serviços sociais, verifica-se um alargamento da sua cobertura e uma melhoria significativa da sua qualidade. Nos últimos anos, as instalações dos serviços sociais geridas pelo Governo aumentaram, daí um acréscimo notável dos residentes beneficiados. No entanto, os problemas da sobreposição de recursos e da disputa por recursos

---

<sup>1</sup> Jornal do Cidadão, 5 de Agosto de 2017.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

humanos vieram à baila gradualmente, uma vez que, neste momento, há falta de terapeutas locais, e alguns deles optam por trabalhar na função pública, assim, as instituições particulares de serviço social deparam-se com dificuldades na sua contratação, questionando se o Governo pretende continuar com o modelo “investimento do Governo e prestação de serviços por associações ou instituições cívicas”.

O regime de previdência central não obrigatório entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro, mas, como a constituição e a adesão a este regime não são obrigatórias, muitas instituições de assistência social, por motivos da sua dimensão ou de características do sector, não constituem o regime de previdência. O Instituto de Acção Social incumbiu no ano passado o Instituto Politécnico de Macau de proceder a um estudo sobre as propostas de financiamento para a previdência das instituições de serviço social, e previa-se que estivesse concluído no 3.º trimestre do ano transacto. As autoridades afirmaram que iam efectuar a respectiva análise e apresentar no momento oportuno uma proposta integrada, por forma a encorajar a adesão das instituições de serviço social ao regime de previdência central não obrigatório.<sup>2</sup> Porém, não houve nenhuma notícia sobre o respectivo ponto da situação.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Qual é o ponto de situação do referido estudo e de que propostas e medidas concretas dispõem as autoridades para encorajar a adesão das instituições de serviço social ao regime de previdência central não

---

<sup>2</sup> Diário de Macau, página A7, 5 de Agosto de 2017.



(Tradução)

**澳門特別行政區立法會**  
**Região Administrativa Especial de Macau**  
**Assembleia Legislativa**

obrigatório?

2. No passado, os serviços sociais funcionavam principalmente sob o modelo de serviços sociais prestados por instituições cívicas financiadas pelo Governo. Nos últimos anos, o Governo também providenciou, de forma independente, alguns tipos de serviços sociais, os quais aumentaram cada vez mais. Assim, qual é o plano do Governo para o desenvolvimento coordenado das instituições públicas e privadas de serviço social?

22 de Janeiro de 2018

**A Deputada à Assembleia Legislativa da**  
**Região Administrativa Especial de Macau,**  
**Chan Hong**